





**Parecer: 160/2017**

**Processo: 2017/11/025753**

**Inexigibilidade de Licitação n. 075/2017**

Requerente: Diretor de Compras e Materiais – Sr. Luis B. O. Menezes

Assunto: Solicita parecer acerca do processo licitatório, realizado através de inexigibilidade de licitação, visando a contratação de empresa para a confecção de cartilhas para a divulgação, orientação e prevenção de doenças, auxiliando no trabalho realizado pelo COAS, equipes ESFs/EACS e grupos educativos.

## 1. RELATÓRIO

Recebo, para análise e parecer, o presente processo supramencionado, por meio do qual a requerente solicita parecer o Edital do processo licitatório supra.

Passamos a análise:

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Pretende-se a aquisição de cartilhas para a divulgação, orientação e prevenção de doenças, auxiliando no trabalho realizado pelo COAS, equipes ESFs/EACS e grupos educativos.

Sucedede que o material a que se pretende adquirir é distribuído por representante exclusivo, conforme declaração de fls. 11/26 do processo.

Nesse sentido dispõe o art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/93, na qual transcrevemos in verbis:

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

**I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;**



Portanto, é inviável a competição, em razão de que somente existe um representante exclusivo, cabendo a aquisição por inexigibilidade de licitação.

A empresa a qual se pretende contratar apresentou toda a documentação necessária, estando apta a contratar com a administração pública.

### 3. CONCLUSÃO

**DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE** pelo prosseguimento do feito nos moldes de lei n. 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que o presente parecer restou elaborado ao abrigo das prerrogativas garantidas pelo artigo 301 da Lei 4.094/12.

S.M.J é nosso parecer.

Uruguaiana, 22 de novembro de 2017.

Marcelo Fagundes de Mello  
Procurador da Fazenda Municipal  
OAB/RS 46.883

### 4. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Após análise do processo em epígrafe Acerto o parecer suprarreferido.

Uruguaiana, 22 de novembro de 2017.

Procurador Geral do Município  
Edson Roberto Correa Pereira Junior  
OAB/RS 65.482

<sup>1</sup> Art. 30. O Procurador, no exercício de suas funções, goza das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, inclusive **imunidade funcional** quanto às opiniões de natureza técnica emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial. (grifou-se)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

P.M. DE URUGUAIANA  
Processo nº 25753/17  
Fl. nº 12

A/C: SECAD  
Processo nº: 25753/2017  
Inexigibilidade nº: 075/2017  
Data: 04/12/2017.

Senhor Secretário,

Pela presente, considerando a observância do disposto na Lei nº 8.666/93, observado o Parecer nº160/2017 (fls.48), não obstante, destacamos o que segue:


1) Orientamos seja revista a Requisição 434/2017 (fls.3), o Termo de Referência e o Anexo da Requisição 424/2017 (fls.27), tendo em vista que, constam dois orçamentos ao presente Processo, fls.29 à 32 e 36 à 38, divergindo entre preços unitários, quantidades e valor total do objeto, como também, os itens nos orçamentos não estão na mesma ordem de descrição da Requisição 434/2017 (fls.3), do Termo de Referência e do Anexo da Requisição 424/2017 (fls.27).

2) Em atendimento à LRF, quanto a existir capacidade financeira para geração (criação) de despesa, recomendamos a emissão de declaração respectiva, que a despesa possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, que assegure condição para empenho e liquidação, conforme Art.16, inciso II, combinado com o §1º, inciso I e Decreto Municipal nº091/2017. A fim de não deixar restos a pagar sem cobertura financeira conforme vedação pelo Art. 42 - LRF.

Atenciosamente,

  
Fernanda Ali Trindade  
Assessora Especial de Controle Interno  
Matrícula 88218-6

A. SMS para observar a orientação  
da UCCI.  
Em. 04/11/17.

  
Luis B. D. Menezes  
Diretor de Compras  
Mat. 18882-4





**Prefeitura Municipal de Uruguaiana**  
Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº 25753/17  
Folha nº 15

C.I Nº 141/2017-Setor de Compras-SMS

Uruguaiana, 05 de dezembro de 2017.

DE: Secretaria Municipal de Saúde

PARA: SECAD – Departamento de Compras

ASSUNTO: Encaminha documentação e esclarecimentos referente Requisição nº 434/2017- Processo nº 025753/2017 – INEXIGIBILIDADE 075/17

Senhor Secretário:


Cumprimentando-lhe cordialmente, vimos através desta, encaminhar informações e documentação abaixo referente solicitação da Unidade Central de Controle Interno :

Foi feito a opção pelo orçamento de menor valor, pois com o somatório das quantidades solicitadas pelos dois Setores, houve um aumento na quantidade e redução do valor ( Pois quanto maior a quantidade menor o valor – de R\$ 2,15 para R\$ 1,45). Os itens não estão na mesma ordem pois foi feito o somatório dos itens 02 e 03, que foram solicitados por dois setores.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,


  
**Thais Brandolt Aramburu**  
Secretária Municipal de Saúde

  
**Rogério Ajala**  
Setor de Compras



**Prefeitura Municipal de Uruguaiana**  
Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº 2575917  
Folha nº 22



**Declaração do Ordenador da Despesa**

Uso da presente, para declarar que a despesa sob os códigos 4090, 4521 e 4502, possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, conforme Art. 16, inciso II, combinado com o § 1, inciso I e Decreto nº091/17.

Uruguaiana, 05 de dezembro de 2017.

**Nais Brandolt Aramburu**  
Secretaria Municipal de Saúde



4.165

Processo nº 25753/11  
Folha nº 54  
Rubrica

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25753/2017

OBJETO LICITADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DE CARTILHAS PARA DIVULGAÇÃO, ORIENTAÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS, AUXILIANDO NO TRABALHO REALIZADO PELO COAS, EQUIPES ESFS/EACS E GRUPOS EDUCATIVOS.

Fornecedor	Valor Total (R\$)	Total Extenso
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA	R\$ 66.700,00	SESSENTA E SEIS MIL E SETECENTOS REAIS
<b>TOTAL GERAL</b>		

Considerando estar o presente processo concluso, em todas as suas fases administrativas, HOMOLOGO com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93.

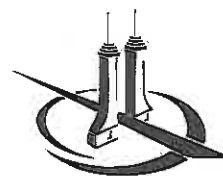
Uruguaiana, 11 de dezembro de 2017

Ronnie Peterson Colpo Mello  
**Prefeito Municipal**



309  
14171

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**PROTOCOLO GERAL**  
**PROCESSO LICITATÓRIO**

**PROCESSO N°:**

**DATA:**

**ASSUNTO:**

**CPF/CNPJ:**

**REQUERENTE:**

2018/02/004007

Senha Internet: D356J69

Data: 21/02/2018 Hora: 10:49:11

001- Aquisição de Material/Serv

CPF/CNPJ: 88131164000107

11 - SEMED - SEC MUN DE EDUCAC

NUMERO DE FOLHAS (PROTOCOLO):

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

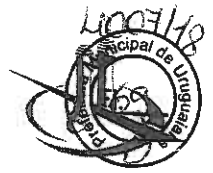
**INEXIGIBILIDADE**

**003/2018**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**Parecer: 047/2018**

**Processo: 2018/02/004007**

**Inexigibilidade n. 003/2018**

Requerente: Diretor de Compras e Materiais – Dra. Maria Lucia Dora Velo  
Assunto: Solicita parecer acerca do processo licitatório, realizado através de  
inexigibilidade de licitação visando o repasse de valores referentes ao FUNDEB.

## 1. RELATÓRIO

Recebo, para análise e parecer, o presente processo supramencionado, por meio do qual a requerente solicita parecer o sobre a minuta de contrato.

Passamos a análise:

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

É importante consignar na minuta de contrato que o fundamento legal do contrato encontra-se descrito no art. 25, caput, Lei n. 8.666/93 combinado com o art. 31 da Lei Federal n. 13.019/2014.

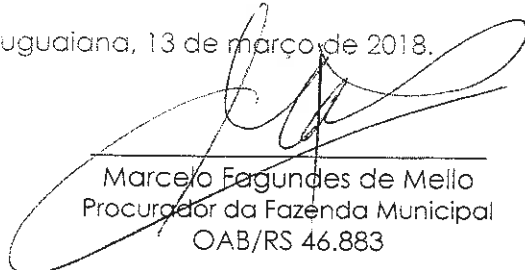
## 3. CONCLUSÃO

**DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE** pelo prosseguimento do feito com a inclusão na minuta de contrato do fundamento legal, qual seja, art. 25, caput, Lei n. 8.666/93 combinado com o art. 31 da Lei Federal n. 13.019/2014.

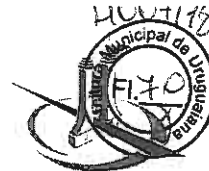
Por fim, ressalta-se que o presente parecer restou elaborado ao abrigo das prerrogativas garantidas pelo artigo 301 da Lei 4.094/12.

S.M.J é nosso parecer.

Uruguaiana, 13 de março de 2018.

  
Marcelo Fagundes de Mello  
Procurador da Fazenda Municipal  
OAB/RS 46.883

<sup>1</sup> Art. 30. O Procurador, no exercício de suas funções, goza das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, inclusive **imunidade** funcional quanto às opiniões de natureza técnico-científica emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoadado produzido em processo administrativo ou judicial. (grifou-se)



#### 4. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Após análise do processo em epígrafe ACOLHO o parecer suprarreferido.

Uruguaiana, 13 de março de 2018.

**Procurador Geral do Município**  
Edson Roberto Correa Pereira Junior  
OAB/RS 65.482

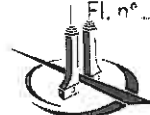


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

M. DE URUGUAIANA

Processo nº 4007/18

Fl. nº 71



A/C: SECAD  
Processo nº: 4007/2018  
Inexigibilidade nº: 003/2018  
Data: 15/03/2018.

**Senhor Secretário,**

Pela presente, considerando a observância do disposto na Lei nº 8.666/93, bem como, a Comunicação Interna Nº033/FIN (fls.65) e a manifestação do Secretário de Administração, não obstante destacamos o que segue:

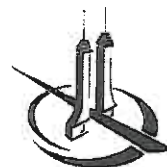
1) Orientamos, deva ser atendido o Parecer Jurídico 047/2018 (fls.69/70), após, pelo prosseguimento do presente certame nesta fase, devendo contudo ser

Atenciosamente,

**Fernanda Ali Trindade**  
Assessora Especial de Controle Interno  
Matrícula 88218-6



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



A parceria entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil já foi objeto de análise por esta Procuradoria, a pedido da SEDESH, conforme Parecer Jurídico nº 57/18 em anexo.

A parceria voluntária celebrada entre a administração pública e a OSC é formalizada, quando há transferência de recursos financeiros, por meio de Termo de Colaboração ou o Termo de Fomento.

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, o que distingue ambos é a iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

*Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

*Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

Desse modo, a parceria voluntária aqui celebrada deveria ter sido formalizada por meio do **Termo de Fomento**<sup>1</sup>.

Ademais, da análise dos autos, resta pendente o preenchimento de determinados requisitos a validar o presente certame, previstos no artigo 35 da Lei 13.019/14. Senão vejamos:

- 1) Aprovação do plano de trabalho (inciso IV);
- 2) Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito da (inciso V):

- verificação do cronograma de desembolso;
- descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos

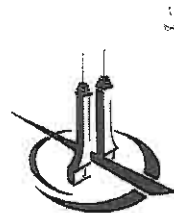
<sup>1</sup> LEI Nº 13.019/14

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER JURÍDICO Nº 148/18

Processo nº 2018/02/004007

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2018

Objeto: Repasse de valores do FUNDEB para entidade de Educação Especial.

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada pela Secretaria de Fazenda (CI nº 140/2018), setor de Tesouraria, para análise e parecer quanto aos documentos necessários para liquidação do processo nº 2018/02/004007, Inexigibilidade nº 003/2018.

O presente expediente foi examinado por esta Procuradoria, tendo sido expedido o Parecer Jurídico nº 036/2018 (fls. 60/63). O qual opinou pela possibilidade de prosseguimento do feito, mediante inexigibilidade, forte no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 31 da Lei nº 13.019/14, cujo contrato foi formalizado em 05/04/2018.

É o relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Segundo descrito no Parecer Jurídico acima referido, é possível a inexigibilidade de chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, nos termos do *caput*, do art. 31, da Lei nº 13.019/14.

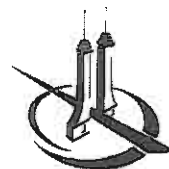
Não obstante, o § 4º, do art. 31, igualmente prescreve que:

**§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no art. 29, não afastam a aplicação dos demais dispositivos desta Lei.**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE URUGUAIANA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



**termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;**

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVIII - (revogado);

**XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;**

**XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.**

**Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável. (Grifei)**

Ademais, atendendo aos questionamentos da Secretaria de Fazenda (CI nº 140/18), cumpre ainda destacar o previsto no artigo 63, § 2º da Lei 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

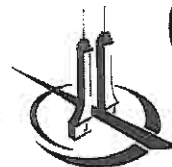
I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

- designação do gestor da parceria;
- designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

Quanto a formalização e execução do Termo de Fomento, são cláusulas essenciais, previstas no artigo 42:

*Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:*

*I - a descrição do objeto pactuado;*

**II - as obrigações das partes;**

*III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;*

*IV - (revogado);*

*V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35;*

*VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;*

**VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;**

**VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;**

**IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;**

*X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;*

*XI - (revogado);*

*XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;*

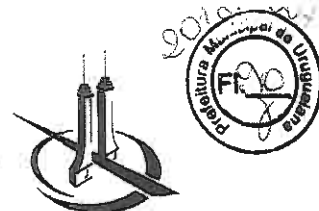
*XIII - (revogado);*

*XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51;*

**XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



Portanto, para o prosseguimento deste certame, imperioso se faz que a unidade gestora sane as lacunas acima apontadas.

**III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, opino que o repasse de valores para a APAE deverá ser formalizado mediante Termo de Fomento, contendo todos os requisitos e formalidades impostas na Lei 13.019/2014.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Uruguaiana, 16 de maio de 2018.

*Luciana Ledezma da Silva*  
Luciana Ledezma da Silva - OAB/RS 71.575  
Procuradora do Município

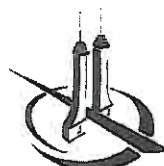
**MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**

Após análise ACOLHIDA o Parecer suprarreferido.

*Edson Roberto Corrêa Pereira Junior*  
Edson Roberto Corrêa Pereira Junior  
Procurador Geral do Município  
OAB/RS 65.482.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE URUGUAIANA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



Os requisitos para celebração do Termo de Colaboração e do Termo de Fomento com as OSCs estão previstos nos arts. 33 a 38 da Lei nº 13.019/2014.

O plano de trabalho é parte integrante e indissociável do termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, nos termos do parágrafo único do art. 42, devendo ser este aprovado pela área técnica da Administração Pública (art. 35, IV).

Orienta-se, ainda, que sejam respeitadas todas as demais exigências previstas na legislação, para a celebração da parceria, em especial ao acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas pela entidade.

### **3. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, conclui-se que o Chamamento Público é obrigatório para a celebração de qualquer modalidade de parceria. Entretanto, a Lei Federal 13.019/2014 traz algumas exceções, sendo o caso de dispensa ou inexigibilidade.

No que concerne a APAE, entidade previamente credenciada, que realiza serviços de educação e assistência social, verifica-se que a Dispensa para parceria com a APAE por meio de Termo de Fomento, é possível, desde que preenchidos todos os requisitos e formalidades impostas na Lei 13.019/2014.

Por fim, cumpre ressaltar que o pedido contido na CI 060/2018 não restou claro se é direcionado a APAE, ou se abrange outras organizações. Dessa forma, recomendamos que a secretaria requisitante elucide se há no Município mais de uma entidade apta a realizar a parceria pretendida, sendo neste caso, necessário o Chamamento Público.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE URUGUAIANA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil - OSCs.

O Chamamento Público é o procedimento destinado a selecionar OSC para celebrar parceria com a Administração Pública. Seu objetivo é garantir igualdade de competição entre as OSCs na busca por recursos públicos e também a seleção da melhor proposta.

Deve constar no edital de chamamento público: a) programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; b) objeto da parceria; c) as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; d) as datas e os critérios de seleção e julgamentos das propostas (metodologia de pontuação e peso atribuído a cada critério); e) valor previsto para realização do objeto; f) condições para interposição de recurso administrativo; g) minuta do instrumento da parceria; e, por fim, h) medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e idosos, quando necessário.

A lei, contudo, traz exceções nas quais o chamamento não será obrigatório. À semelhança do que ocorre com as licitações, a Lei n. 13.019/2014 prevê situações em que o chamamento é dispensado e outras em que o procedimento é inexigível. Em relação a dispensa, cumpre destacar o previsto no inciso VI do artigo 30:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...]

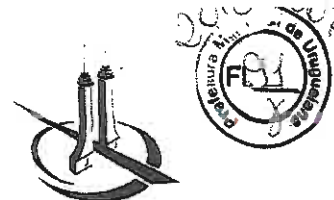
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Será considerado inexigível o Chamamento Público, como ocorrido no Município de Alegrete, na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE URUGUAIANA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



**PARECER JURÍDICO Nº 57/18**

De: PROGEM  
Para: GAPRE  
Retorna: PROGEM  
Interessado: SEDESH  
Assunto: PARECER JURÍDICO.

**1. RELATÓRIO**

Sobreveio a esta Procuradoria a Comunicação Interna nº 060/2018 (SEDESH→PROGEM), contendo a seguinte solicitação:

“Cumprimentando-o cordialmente, venho através desta solicitar, sejam dados os devidos encaminhamentos com urgência para abertura de edital para chamamento público referente a formalização de parceria nos termos da Lei 13.019/2014 que estabelece o regime de parceria entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

Para melhor embasar o pedido, segue em anexo cópia do convênio firmado em 2017, bem como, de documentação referente a processo semelhante realizado pelo Município de Alegrete, colocando-nos inteiramente a disposição para quaisquer informações. [...]”

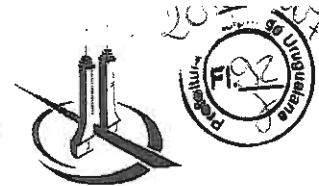
É o relatório.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

A Lei Federal nº 13.019/2014, que passou a vigor para os Municípios a partir de 1º de janeiro de 2017, estabelece regras para as



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Tanto na hipótese de dispensa (art. 30) como de inexigibilidade (art.31), o administrador público deverá justificar, detalhadamente, as razões pelas quais não foi realizado o processo seletivo.

A parceria voluntária celebrada entre a administração pública e a OSC é formalizada, quando há transferência de recursos financeiros, por meio de Termo de Colaboração ou o Termo de Fomento.

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, o que distingue ambos é a iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

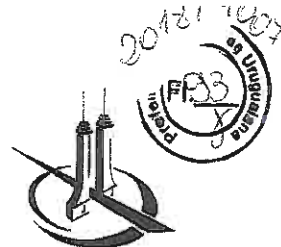
Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Já quando a parceria não envolver a transferência de recursos financeiros, será celebrado o Acordo de Cooperação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE URUGUAIANA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



O presente parecer restou elaborado ao abrigo das prerrogativas garantidas pelo artigo 30, da Lei 4.094/12<sup>1</sup>.

Uruguaiana, 09 de maio de 2018.

*Luciana Ledezma da Silva*  
Luciana Ledezma da Silva - OAB/RS 71.575  
Procuradora do Município

**4. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**

Após análise *Acordo*, o Parecer de número 57/18.

*Edson Roberto Corrêa Pereira Junior*  
Edson Roberto Corrêa Pereira Junior  
Procurador Geral do Município  
OAB/RS 65.482.

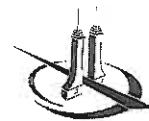
CIENTE,

**RONNIE PETERSON COLPO MELLO,**  
Prefeito Municipal.

<sup>1</sup> Art. 30. O Procurador, no exercício de suas funções, goza das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, inclusive imunidade funcional quanto às opiniões de natureza técnico-científica emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO



Processo nº: 4007/2018  
Inexigibilidade nº: 003/2018  
Data: 17/05/2018

P.M. DE URUGUAIANA  
Processo nº 4007/18  
Fl. N° 03

**Senhor Secretário,**

Pela presente, considerando a observância do disposto na Lei nº 8.666/93, destacamos o que segue:

- 1) Processo autuado indevidamente (Lei nº 8.666/93 art. 38, caput), como segue:
- a. Duplicidade da página 18;
  - b. Ausência da página 25;
  - c. Ausência de numeração às fls. 77;
  - d. Ausência de rubrica às fls. 84 à 86.

Ademais, orientamos seja observado o Parecer Jurídico nº 148/2018 da PROGEM às fls. 88 -90.

Atenciosamente,

  
**Emilene Moroso Risso**

Assessora Especial de Controle Interno  
Matrícula 15451-2